

- LIV -**PRÁTICAS EDUCATIVAS-AVALIATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS CONTEXTOS DE VIDA DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA****Shellen de Lima Matiazzi**

shematiazzi@hotmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Renata Duarte Simões

renasimoes@hotmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre as vivências da pobreza e as práticas educativas-avaliativas desenvolvidas por profissionais que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) de Vitória, no Estado do Espírito Santo, engendrando reflexões sobre os impactos dessas práticas relacionadas aos contextos de vida de crianças em situação de pobreza e extrema pobreza.

Ao pensarmos a temática pobreza na infância, torna-se relevante reconhecer as desigualdades sociais e como elas reverberam no contexto escolar. Assim, direcionamos olhares para o entendimento da pobreza

como um fenômeno estrutural e complexo, de caráter multidimensional e multifacetado, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda, mas também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, não acesso aos serviços públicos básicos, à informação, ao trabalho digno, à participação social e política (CARARO, 2015, p. 141).

Entendemos ser necessário problematizar a temática da educação, pobreza e desigualdade social enquanto resultado de processos históricos e sociais e seus impactos na vida dos sujeitos e investigar se e como os contextos de vida das crianças em situação de

pobreza e extrema pobreza aparecem nas práticas educativas-avaliativas na Educação Infantil. Optamos, assim, pela metodologia da pesquisa-ação, o que nos permite a produção de um saber compartilhado com os profissionais que atuam na Educação Infantil, a pensar sobre os contextos sociais nos quais estão inseridos e ao estabelecer a relação entre a docência e a pesquisa, a partir da prática da espiralidade ação-reflexão (FRANCO; BETTI, 2018).

DESENVOLVIMENTO

Em nossa sociedade, marcada pelas políticas neoliberais, a pobreza é geralmente entendida como carência, ausência de valores, incapacidades, visão moralista que está permeada no imaginário social e também escolar. Nesse contexto capitalista-mercadológico, é significativo perpetuar a situação de pobreza daqueles que são excluídos por suas condições de etnia, raça, gênero, tornando-os Outros,⁴⁷ aqueles que não se enquadram no estereótipo predominante e que, por sua condição de pobreza, são oprimidos, alijados do acesso aos direitos básicos (BRASIL, 2014).

A estes Outros a exclusão se dá duplamente, primeiro por serem segregados dos direitos básicos de um justo viver e segundo por serem culpabilizados pela condição em que vivem, visto que a pobreza, muitas vezes, é entendida como uma questão moral (BRASIL, 2014). Isso significa que o sistema da desigualdade se dá na relação socioeconômica e que quando o diferente é visto como inferior, justifica-se o processo de exclusão social.

É necessário ponderar que, quando falamos desses sujeitos que vivem em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, estamos a considerar aproximadamente 52 milhões de brasileiros.⁴⁸ No Estado do Espírito Santo, os dados apresentados pelo Instituto Jones Santos Neves (IJSN),⁴⁹ em 2017, mostram que cerca de 1/3 da população vive sem condições dignas e não tem acesso às políticas públicas.

Tais dados nos permitem refletir sobre o quantitativo expressivo de pessoas, entre elas crianças e adolescentes, em situação de pobreza, e sobre a complexidade que é esse fenômeno, haja vista que não podemos pensá-lo apenas sob o ponto de vista da renda. Ao

⁴⁷ O termo Outros é um conceito usado nas Ciências Humanas para expressar a divergência entre duas partes que não compartilham do mesmo ponto de vista. Neste caso, usamos o termo Outros a partir da produção da Diferença, muitas vezes, compreendida como desigual pela sociedade.

⁴⁸ Conforme dados do IBGE, a partir do Sistema de Indicadores Sociais de 2017.

⁴⁹ O Instituto Santos Jones Neves é vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do Espírito Santo, e realiza a produção de diferentes estudos, pesquisas e publicações relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do Estado do Espírito Santo.

admitirmos a existência da pobreza e da desigualdade social, compreendemos que a pobreza se dá nos limites do viver, presente nos diferentes espaços sociais (ALVAREZ, 2017), inclusive nas escolas, onde não pode ser ignorada.

Para Alvarez (2017), é fundamental que os professores reflitam sobre as demandas que esses milhões de crianças, adolescentes, jovens que vivem em contextos empobrecidos nos requerem. Assim, as vivências da pobreza exigem o olhar politizado pelo reconhecimento das diversidades nos contextos escolares, a se pensar de forma crítica as práticas educativas-avaliativas e a consolidação de uma escola que inclua a todos.

Contudo, o que se tem percebido é o impacto crescente de políticas neoliberais sobre a educação infantil, que visam acelerar o processo de escolarização das crianças, introduzindo elementos como livros didáticos e guias de formação para professores, o que nos faz entender que a educação para a primeira infância está assumindo aspectos ligados a outros níveis de ensino (CASTRO; SOUZA, 2017).

Com essas políticas, o sistema de avaliação ganhou outras proporções, demarcadas pelas concepções de progresso e da competição do mercado, em que a avaliação se volta para o atendimento ao sistema econômico. “Esta avaliação se apoia essencialmente no estabelecimento de um padrão que serve como termo de comparação, diferenciação, classificação e exclusão” (ESTEBAN, 2006, p.102).

No sentido de compreender como vem sendo pensada a avaliação em contextos empobrecidos, realizamos um levantamento, por meio do sistema de Gestão Escolar (SGE) da Rede Municipal de Ensino de Vitória, e elencamos três CMEIs como instituições participantes da pesquisa. A seleção se deu com base na localização e contexto em que estão situados os CMEIs, ou seja, em bairros periféricos da Cidade de Vitória, atendendo a crianças em situação de pobreza e/ou extrema pobreza.

Nessa perspectiva, propomos, junto ao Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE/UFES), a realização de um projeto de Extensão sobre a temática, como também estabelecemos contato com a Secretaria Municipal de Educação de Vitória para a realização de uma formação com os profissionais que atuam nos CMEIs, o que pressupõe a participação desses profissionais na pesquisa em desenvolvimento.

A partir dos apontamentos, emerge a necessidade de refletir sobre os processos educativos-avaliativos em contextos empobrecidos e marcados por exclusões sociais, de modo a repensar esses modelos classificatórios e excludentes de avaliação e se considerar

outras possibilidades e alternativas que incluam as vivências das crianças em situação de pobreza e extrema pobreza no contexto da Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos, com a concretização da pesquisa, que possamos ampliar no campo das produções acadêmicas as discussões sobre educação, pobreza e desigualdade social e seus reflexos no contexto da Educação Infantil, campo da educação básica que tem sido impactado pelas políticas neoliberais, de modo a romper com processos excludentes na infância. E que a partir das discussões estabelecidas, possamos contribuir com o processo formativo de profissionais que atuam na Educação Infantil, direcionando olhares atentos e promovendo reflexões críticas sobre o caráter histórico e social da pobreza, de modo a problematizar a naturalização desse processo na sociedade e na escola.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, L. Prefácio. In: GARCIA, A. V. et al. (Org.). Reflexões sobre a pobreza concepções, enfrentamentos e contradições [Recurso eletrônico on-line]. **Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017, v. 1.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- CARARO, M. F. **O programa mais educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate à pobreza e à vulnerabilidade social: intenções e tensões**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.
- CASTRO, J. S.; SOUZA, F. Z. As interfaces da Avaliação na Educação Infantil. **Revista Zero-a-seis**. v. 19, n. 36, p.478-492. jul-dez, 2017.
- ESPÍRITO SANTO, Governo do Estado do. **Perfil da pobreza no Espírito Santo: famílias inscritas no CadÚnico 2016**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2017.
- FRANCO, M. A. S.; BETTI, M. Pesquisa-ação: por uma epistemologia de sua prática. In: FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. (Org.). **Pesquisa em educação: a pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas**. São Paulo: Edições Loyola, 2018, p.15-24.
- ESTEBAN, M. T. **O que sabe quem erra**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.